
1 **COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO IGUAÇU E**
2 **AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**
3 **CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA**
4 **CTCOB**
5 **ATA DA 3ª REUNIÃO**

6 Data: 08 de agosto de 2007

7 Local: SUDERHSA – Associação dos Funcionários

8 **PARTICIPANTES:**

- 9 • Agência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira: Enéas Souza Machado (eneasmachado@suderhsa.pr.gov.br)
- 10 • Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH: Ingrid Illich Muller (ingrid@lactec.org.br)
- 11 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Elenice Roginski (elenice@sanepar.com.br)
- 12 • Prefeitura Municipal de Piraquara: Gilmar Zauchi Clavisso (meioambiente@piraquara.pr.gov.br)
- 13 • Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP: Odair Ceschin (odairceschin@globo.com)
- 14 • Instituto para o Desenvolvimento do Meio Ambiente – ANTROPOSPHERA: Deborah Pina (deborah@antroposphaera.org.br)

15 **CONVIDADOS:**

- 16 • Agência Nacional de Águas - ANA: Patrick Thomas (patrick@ana.gov.br)
- 17 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA: José Luiz Scroccaro (scroccaro@suderhsa.pr.gov.br)
- 18 • Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA: Mauri Cesar R. Barbosa (mauri.pereira@terra.com.br)
- 19 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Antônio Carlos Gerardi (acgerardi@sanepar.com.br)
- 20 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Josete de Fátima Sá (josetefs@sanepar.com.br)
- 21 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Margareth Burger (mburger@sanepar.com.br)
- 22 • Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Martha R. V. B. Sugai (martha.sugai@copel.com)
- 23 • Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Orlando Bizzoni (obizzoni@copel.com)
- 24 • Petróleo Brasileiro SA - Petrobrás: Marcelo Bizzoni (bizzoni@petrobras.com.br)
- 25 • Fosfertil: Kelly Ana O. Ramalho (kellyana@fosfertil.com.br)
- 26 • Antroposphaera: Fábio Duarte (Fabio@antrophosphaera.org.br)
- 27 • Antroposphaera: Deborah Pina (deborah@antrophosphaera.org.br)
- 28 • SINPACEL: Solange Nascimento (sinpacel@sinpacel.org.br)
- 29 • Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP: Roberto Gava (apreflorestas@terra.com.br)
- 30 • Autônomo: Sérgio Hrenechen (sergiohrenechen@yahoo.com.br)
- 31 • Gerdau: Elias Sater (elias.sater@gerdau.com.br)
- 32 • Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC/SMMA: Cláudia Regina Boscardin (cboscardin@smma.curitiba.pr.gov.br)
- 33 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA: Tânia Lúcia Graf de Miranda (taniamiranda@suderhsa.pr.gov.br)

-
- 52 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
53 Ambiental – SUDERHSA: Emílio Trevisan (emiliotrevisan@suderhsa.pr.gov.br)
54 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
55 Ambiental – SUDERHSA: Gustavo Fernando Schmidt
56 (gustavoschmidt@suderhsa.pr.gov.br)
57 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
58 Ambiental – SUDERHSA: Carla Mittelstaedt (carlamittelstaedt@suderhsa.pr.gov.br)
59 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
60 Ambiental – SUDERHSA: Olga Polatti (olgapolatti@suderhsa.pr.gov.br)
61 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
62 Ambiental – SUDERHSA: Marianna Sophie Roorda
63 (mariannaroorda@suderhsa.pr.gov.br)
64 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
65 Ambiental – SUDERHSA: Adriana Malinowski
66 (adrianamalinowski@suderhsa.pr.gov.br)
67 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
68 Ambiental – SUDERHSA: Célia R. G. Yamamoto
69 (celiyamamoto@suderhsa.pr.gov.br)
70 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
71 Ambiental – SUDERHSA: Janaína C. Campos (janainacampos@suderhsa.pr.gov.br)
72 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
73 Ambiental – SUDERHSA: Dione Meger (dionetemeger@suderhsa.pr.gov.br)
74 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
75 Ambiental – SUDERHSA: Ana Paula Krevoruczka (anapaulak@suderhsa.pr.gov.br)
76 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
77 Ambiental – SUDERHSA: Beatriz O. de Paola (beatrizpaola@suderhsa.pr.gov.br)
78 • Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
79 Ambiental – SUDERHSA: Rosane Grodzki (rosanegrodzki@suderhsa.pr.gov.br)
80

81 **RELATORIA:**

- 82 • Enéas Souza Machado – Agência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
83 Ribeira - (eneasmachado@suderhsa.pr.gov.br)

84 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

85 Às 14:00 horas do dia 08 de agosto de 2007, na sede da Associação dos
86 Funcionários da SUDERHSA, iniciou-se a 3ª Reunião da Câmara Técnica de
87 Cobrança do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira – CT-
88 COB, para tratar da pauta estabelecida para a reunião. O Diretor-Presidente da
89 SUDERHSA deu as boas vindas a todos e salientou a importância da CT-COB. Na
90 seqüência o coordenador da CT-COB procedeu à leitura da pauta e solicitou que os
91 presentes fizessem uma auto-apresentação. Em seguida o Coordenador submeteu a
92 ata da 2ª Reunião da Câmara Técnica à votação, sendo que a mesma foi aprovada.
93 O Coordenador convidou então, o Sr. Patrick Thomas, técnico especialista da
94 Agência Nacional das Águas – ANA para realizar uma palestra sobre **A COBRANÇA**
95 **PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO**, em anexo. O Sr.
96 Patrick Thomas salientou que a cobrança pelo direito do uso da água não é mais
97 um imposto e difere dos demais instrumentos por só ser implantada a partir de uma
98 decisão do Comitê de Bacia, sendo essa a razão de só estar implantada em 2 rios
99 da União. Também ressaltou que o valor arrecadado pela cobrança não é suficiente
100 para cobrir os gastos com a recuperação total da bacia, que no caso de rios da
101 União os recursos são arrecadados pela ANA e entram para a conta única do
102 tesouro nacional para então serem repassados via contrato de gestão às Agências

103 de Água, no PCJ não existe usos insignificantes, que as simulações preliminares
104 indicam que o potencial de arrecadação com a cobrança em rios de domínio da
105 União na bacia hidrográfica do Rio São Francisco não é suficiente para cobrir os
106 gastos da Agência e que no Estado de São Paulo apesar da cobrança ter sido
107 iniciada em janeiro de 2007, os boletos só foram encaminhados aos usuários em
108 julho. Em relação à cobrança de efluentes, apesar da ANA ter sugerido que a
109 cobrança se desse em relação ao volume lançado, o CEIVAP decidiu que a
110 cobrança seria calculada pela carga e que a fórmula de cobrança só considera a
111 DBO para incentivar a diminuição da carga orgânica que é o maior problema da
112 bacia e é um parâmetro medido por todos – aplicabilidade e facilidade de aferição, o
113 que não impede que no futuro sejam considerados outros parâmetros. Na França a
114 cobrança é feita com base em 16 parâmetros de poluentes, sendo que metais
115 pesados é um parâmetro com 8 componentes. Em relação ao $K_{cap\ classe}$ existente na
116 fórmula da cobrança, o Sr. Patrick explicou que é função da qualidade da água
117 captada, determinada no enquadramento dos rios da bacia, podendo estimular ou
118 não a implantação de indústrias em determinada região e que o outro coeficiente
119 existente na fórmula é específico para o setor agropecuário para reduzir o valor
120 cobrado neste setor que não paga pelo lançamento de efluentes por não ter DBO.
121 Em relação ao cálculo do volume consumido, que é calculado como a diferença
122 entre o volume captado e o volume lançado. A Sra. Matha Sugai solicitou
123 esclarecimentos sobre o cálculo do mesmo para o setor de saneamento e o Sr.
124 Patrick respondeu que existe outorga de lançamento mesmo que o esgoto não seja
125 tratado e que para o cálculo desse valor se cria um ponto fictício de lançamento na
126 bacia e em função da população calcula-se o volume lançado. A Sra. Marianna
127 Roorda perguntou se não se utilizava o valor adotado na literatura para volume
128 consumido que é 20% e o Sr. Patrick disse que a ANA pode utilizar esse valor. O
129 Sr. Antonio Carlos Gerardi perguntou, no caso de uma concessionária ter um
130 contrato com Prefeitura estipulando que só uma parte do esgoto deve ser coletado e
131 tratado, quem é responsável pelo pagamento da diferença. O Sr. Patrick disse que
132 nas bacias em que há cobrança não existe essa situação mas que alguém deve ser
133 responsável pelo pagamento. A Sra. Elenice Roginski perguntou como calcular o
134 valor a ser cobrado hoje se a vazão outorgada será captada em etapas dentro de
135 um horizonte de 30 anos a que o Sr. Patrick explicou que deveria estar previsto na
136 fórmula um valor para o uso efetivo e outro para reserva. O Sr. Enéas Souza
137 Machado explicou que a fórmula do Paraná contempla essa situação e o Sr. Patrick
138 disse que a situação no Paraná é diferente. No CEIVAP é cobra-se pela vazão
139 captada, informada no ato declaratório e se por acaso a outorga é dada em etapas,
140 não se cobra a vazão garantida para uso futuro, pois a água estará disponível para
141 ser outorgada para outro usuário. A Sra. Martha Sugai comentou que o usuário
142 lança efluente com carga gerada pelo próprio usuário acrescida da carga captada e
143 o Sr. Patrick respondeu que como a maioria dos usuários não mede a carga na
144 captação, não tem como saber qual a carga efetivamente gerada pelo usuário.
145 Respondendo a outro questionamento, esclareceu que não é cobrado pelo
146 lançamento de efluente gerado pelo resfriamento pois não gera DBO e respondendo
147 à Sra. Martha Sugai, ele informou que o CEIVAP já reenquadrou o rio. A Sra. Kelly
148 Ana O. Ramalho perguntou o que acontece quando a água captada é utilizada para
149 resfriamento e evapora a que o Sr. Patrick respondeu que o conceito de água
150 consumida é a diferença entre o que é captado e o que é lançado, então no caso de
151 evaporação ele é considerada como consumida. O Sr. Roberto Gava perguntou

152 porque as indústrias não monitoram a qualidade da água que é captada, e o Sr.
153 Patrick explicou que as indústrias não têm obrigação legal de monitorar a captação,
154 algumas indústrias medem a qualidade da água captada devido a seu negócio.
155 Respondendo a uma dúvida do Sr. Elias Sater, o Sr. Patrick informou que não existe
156 diferença de preço por tipo de usuário. Continuando a palestra o Sr. Patrick salientou
157 que os preços cobrados pelo CEIVAP são baixos porque são fruto de exaustiva
158 negociação e que no caso da irrigação, se o impacto causado pela cobrança for
159 superior a 0,5%, o usuário pode pedir revisão do valor cobrado. Em resposta a uma
160 pergunta da Sra. Marianna Roorda se o valor do preço unitário não era muito baixo,
161 o palestrante falou que a curva de crescimento do PU na França é exponencial
162 porque os usuários começam a acreditar no modelo de gestão para garantir a
163 disponibilidade de água e a disposição a pagar tende a aumentar. Para ilustrar deu
164 como exemplo o caso da refinaria Paulínia que não pode expandir pois não há água
165 disponível. Ao mostrar o quadro com total arrecadado nos diversos anos, o Sr.
166 Patrick respondeu a uma pergunta do Sr. Elias Sater explicando que o total pago
167 pelas indústrias diminuiu ao longo dos anos porque houve uma mudança na fórmula
168 da cobrança com um aumento do custo da DBO, que é parâmetro característico do
169 efluente gerado pelo setor saneamento e que as indústrias diminuíram o lançamento
170 de efluentes e ele informou também que as concessionárias de saneamento
171 SABESP e SANASA não repassam aos usuários o preço da cobrança pelo direito do
172 uso da água. Ao mostrar um quadro com o valor aplicado o Sr. Patrick ressaltou que
173 os recursos aplicados são maiores que o valor arrecadado pois é necessário que a
174 instituição que encaminha um projeto para ser realizado com os recursos advindos
175 da cobrança entre com uma contrapartida e que o CEIVAP está em negociações
176 com o Ministério das Cidades para avaliar a possibilidade dos recursos da cobrança
177 poderem ser aceitos como contrapartida. A Sra. Tânia Miranda perguntou se as
178 indústrias podem utilizar o recurso da cobrança e o Sr. Patrick disse que por se
179 tratar de dinheiro público, não é possível repassar como fundo perdido para entidade
180 privada mas que no Paraná, com a existência do Fundo Estadual de Recursos
181 Hídricos, existe a possibilidade de se emprestar dinheiro para as indústrias e
182 respondendo a uma pergunta do Sr. Elias Sater, explicou que a distribuição de
183 recursos não tem a ver com a arrecadação no município, e sim com as prioridades
184 definidas pelo Comitê. O sr. Gilmar Zauchi Clavisso perguntou se o CEIVAP aplica
185 recursos da cobrança com relocação da população que ocupam áreas de
186 preservação permanente ao que o Sr. Patrick respondeu que o Comitê decidiu
187 priorizar outras ações e o reassentamento não foi contemplado e respondendo a
188 uma pergunta do Sr. José Luiz Scroccaro informou que no CEIVAP não se utiliza
189 recursos da cobrança com monitoramento. Em relação a transposição do Rio
190 Paraíba para o rio Guandu, o Sr. Patrick explicou que o Comitê entendeu que não
191 se pode cobrar da Ligth pois ela já paga pela geração de energia, definiu-se que a
192 cobrança pela transposição corresponde a um percentual de 15% sobre o valor
193 arrecadado na bacia do rio Guandu. Em relação à transposição para o sistema
194 Cantareira, o valor anual de cobrança da SABESP é de aproximadamente
195 R\$10.000.000,00. Na aplicação dos recursos advindos da cobrança no PCJ
196 arrecadados até o presente momento, tem sido priorizadas ações em saneamento e
197 os recursos advindos da compensação financeira das hidroelétricas - FEHIDRO são
198 aplicados em ações de gestão e outras. O Sr. Patrick informou que o engenheiro
199 Pisa da SABESP pode fornecer informações sobre isenção de impostos no
200 recebimento e aplicação dos recursos provenientes da cobrança. A Sra. Margareth

201 Burger perguntou sobre a cobrança de perdas e o Sr. Patrick esclareceu que perda
202 é considerada como água consumida e está embutida no volume consumido. A Sra.
203 Célia Yamamoto perguntou como é calculado o abatimento no caso de redução de
204 carga e o Sr. Patrick explicou que um interessado no recurso apresenta um projeto
205 ao Comitê, que aprova ou não após uma análise técnica, verificando se estava no
206 Plano de Investimento definido para o ano. Se aprovado, a instituição executa a
207 obra, que é fiscalizada pela Agência, que informa a ANA sobre a execução. O valor
208 a ser cobrado no ano seguinte então sofre uma redução. A Sra. Martha Sugai
209 ressaltou que o abatimento é sobre o valor da cobrança e não sobre a contrapartida.
210 A Sra. Ingrid Illich Muller perguntou como foi feita a negociação do preço unitário, e
211 quanto a cobrança do setor elétrico e o Sr. Patrick esclareceu que a definição do
212 preço unitário passou um processo técnico, com cálculo do impacto sobre a tarifa e
213 em seguida entrou a fase política que foi a negociação e em relação ao setor
214 elétrico, a posição da ANA é que como esse setor já paga a cobrança pelo uso da
215 água, conforme definido pela Lei 9.984, de 2000, não é incluído nos mecanismos e
216 valores aprovados pelos comitê de bacia, com exceção das PCHs que por não
217 pagarem a cobrança pelo uso da água, conforme definido pela Lei 9.984, de 2000,
218 podem pagar pelo uso da água, conforme definição dos comitês de bacia. O Sr.
219 Patrick citou o caso da CEMIG, que está pagando em juízo tendo perdido em 1ª
220 instância. Em resposta a uma pergunta da Sra. Marianna Roorda, o Sr. Patrick
221 explicou que o valor cobrado pela energia gerada pelas PCHs no CEIVAP é 0,75%
222 da Energia Gerada x Tarifa Atualizada de Referência e no PCJ é 1% da Energia
223 Gerada x Tarifa Atualizada de Referência. Sobre o alto índice de adimplência do
224 PCJ, o Sr. Roberto Gava perguntou o que colaborou para que isso acontecesse e o
225 Sr. Patrick disse que foi o baixo preço, campanhas de esclarecimento e
226 confiabilidade no sistema. Respondendo a outra pergunta do Sr. Roberto Gava, o Sr.
227 Patrick esclareceu que a ANA disponibiliza os dados de arrecadação e o Comitê
228 disponibiliza os relatórios de gastos e o TCU realiza auditoria nas contas, e
229 continuando, o Sr. Patrick comentou que no PCJ os coordenadores da Agência de
230 Águas são escolhidos pelo Comitê. O Sr. Antônio Carlos Gerardi perguntou qual a
231 opinião do Sr. Patrick em relação ao fato da Agência no Paraná ser um órgão
232 público, se a credibilidade seria menor, ao que o Sr. Patrick respondeu que a
233 confiabilidade independe do regime jurídico. A Sra. Tânia Miranda perguntou com
234 qual periodicidade os boletos de cobrança são emitidos e o Sr. Patrick explicou que
235 o valor calculado é anual, dividido em 12 boletos, No caso do valor do boleto ser
236 inferior a R\$ 20,00, acumula-se até atingir esse valor. A Sra. Martha Sugai falou que
237 o Plano de Bacia tem um horizonte de 4 anos, e perguntou qual o horizonte para o
238 desconto dos projetos e o Sr. Patrick respondeu que o Comitê se reúne uma vez ao
239 ano para hierarquizar os projetos para 1 ano, essa hierarquização é aprovada pela
240 plenária. Ele salientou que investimentos passados não podem ser considerados
241 como mecanismo diferenciado de pagamento e que só se abate se for aprovado
242 pelo Comitê. A Sra. Martha Sugai lembrou que a cobrança resolve só parte dos
243 problemas da bacia e o Sr. Patrick explicou que ela alavanca outras ações e obras.
244 O Coordenador agradeceu ao Sr. Patrick pela palestra, informou aos presentes que
245 a FIEP chamou a Agência para esclarecer dúvidas sobre a cobrança e que a CT-
246 COB iria iniciar discussões sobre critérios específicos para o setor industrial,
247 paralelamente às discussões com o setor de saneamento. O Coordenador, em
248 consenso com os presentes na reunião, agendou uma nova reunião da Câmara
249 Técnica para o dia 14 de agosto, às 14:00 horas a fim de dar continuidade na

250 discussão sobre a questão de perdas e iniciar as discussões com o setor industrial.
251 Na seqüência, o Coordenador agradeceu a presença de todos e deu por encerrada
252 a reunião.

253

254 Curitiba, 13 de agosto de 2007

255

256 Enéas Souza Machado

257 SUDERHSA

258 Coordenador da CT-COB